

Reflexões sobre a influência da agroecologia na sucessão geracional da agricultura familiar

Reflections about influence of agroecology on the generational succession of family farming

DREBES, Laila Mayara¹; CLAUDINO, Lívio Sergio Dias²; MELLO, Andrea Hentz de³.

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), drebes.laila@unifesspa.edu.br; ² Docente PDTSA/Unifesspa, livio@unifesspa.edu.br; ³ Docente PDTSA/Unifesspa, andreahentz@unifesspa.edu.br.

Eixo temático: Juventude e sucessão familiar e novos rurais

Resumo

No Brasil, a agroecologia vem sendo apontada como estímulo à reprodução social da agricultura familiar, favorecendo a permanência dos jovens nos estabelecimentos rurais. Este estudo visa analisar como a agroecologia impulsiona o processo de sucessão geracional. É baseado em pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os resultados indicam que a transição agroecológica provoca mudanças na transmissão do patrimônio imaterial, pois os saberes e valores utilizados pelas gerações mais antigas na agricultura convencional não são os mesmos necessitados pelas gerações mais jovens na agroecológica. Logo, a transição agroecológica modifica referenciais teórico-práticos necessários à produção, comercialização e gestão dos estabelecimentos rurais familiares. Conclui-se que a agroecologia autonomiza os jovens rurais e, por isso, contribui para a concretização da sucessão geracional.

Palavras-chave: Autonomia; Êxodo rural; Juventude rural; Reprodução social; Transição Agroecológica.

Keywords: Autonomy; Rural Exodus; Rural Youth; Social Reproduction; Agroecological Transition.

Introdução

No Brasil, desde a década de 1990, período de institucionalização da categoria socioprofissional agricultura familiar, uma das preocupações dos formuladores de políticas públicas, pesquisadores e agentes de desenvolvimento rural, tem sido a promoção de condições socioeconômicas favoráveis à permanência dos jovens nas atividades rurais, reduzindo as partidas em direção ao meio urbano e aos setores industriais e comerciais. As estatísticas levantadas na década de 1990, por Camarano e Abramovay (1999), evidenciaram um êxodo rural massivo e seletivo, responsável pela saída de cerca de 27 milhões de pessoas das áreas rurais no decorrer dos anos 60 até 80, sendo esse contingente constituído predominantemente por mulheres e por jovens. Desse cenário, decorre a preocupação com o processo de reprodução social da agricultura familiar até os dias atuais, pois embora os índices tenham reduzido, o êxodo rural não foi interrompido.

De acordo com Bourdieu (2011), a reprodução social consiste em um processo de conservação das estruturas materiais e simbólicas de um determinado grupo social, podendo ser viabilizada por meio de diferentes estratégias, de maneira associada ou isolada tais como: biológicas, educativas, de investimento social, de investimento econômico, de investimento simbólico e de sucessão. Dentre essas, as mais

relacionadas aos jovens rurais são as estratégias de sucessão, pois se propõem à transmissão do patrimônio material e imaterial do grupo social entre as sucessivas gerações familiares, garantindo a manutenção do estabelecimento rural e da profissão agricultor no longo prazo. Em outros termos, a sucessão se concretiza quando o filho/filha recebe o empreendimento e assume as responsabilidades do pai/mãe em sua administração.

Assim, durante as décadas de 1990 e 2000, foram feitos investimentos para identificar e promover condicionantes socioeconômicas capazes de ampliar o campo de possibilidades dos jovens rurais para tornarem-se agricultores familiares por meio do processo de sucessão geracional. Dentre tais condicionantes, destacam-se: renda; construção de autonomia no seio da família; acesso à assistência técnica, educação, lazer, terra; e outras diversas políticas públicas específicas para os jovens rurais. Principalmente a partir dos anos 2000, dado o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas federais voltadas para a segurança alimentar e nutricional e para a criação de novos mercados de produtos da agricultura familiar, assim como a própria reformulação da política do serviço de assistência técnica e extensão rural, a agroecologia também passou a ser repetidamente apontada como uma condicionante capaz de estimular a sucessão geracional. Mas como?

Diante disso, o presente estudo parte da seguinte indagação: como a sucessão geracional pode ser positivamente influenciada pela agroecologia? Como objetivo, o estudo pretende analisar de que forma a agroecologia é capaz de impulsionar o processo de sucessão geracional.

Metodologia

O estudo é resultado de pesquisa bibliográfica sobre a produção científica a respeito das possíveis relações entre agroecologia e sucessão geracional no âmbito da agricultura familiar, sendo conduzida e executada em conformidade com o descrito em Gil (2011).

Resultados e Discussão

A literatura científica deixa clara a existência de inter-relações entre agroecologia e juventude, atribuindo aos jovens, rurais e urbanos, um papel importante na disseminação de experiências agroecológicas (DULCI; TAVEIRA, 2018). Inclusive, fóruns como o Congresso Brasileiro de Agroecologia e o Congresso Latinoamericano de Agroecologia contam com um grupo de trabalho específico, denominado “Juventudes e Agroecologia”.

Em construção do estado da arte das relações entre agroecologia e juventude no Brasil, Drebes e Wizniewsky (2015) notaram a relevância da temática reprodução social dos estabelecimentos rurais familiares, sendo a agroecologia um estímulo à sucessão geracional. Os autores também perceberam como os estudos a respeito de agroecologia, juventude e reprodução social enfatizavam o protagonismo dos jovens nos estabelecimentos rurais familiares, inclusive na condução do processo de transição agroecológica.

O estudo de Barasuol et al. (2018), realizado em Derrubadas, no Rio Grande do Sul, trouxe à tona o caso de uma jovem rural de 20 anos de idade, irmã mais nova de uma família de três irmãos, que era a única a ainda residir no estabelecimento rural da família e a trabalhar com os pais na agricultura. O relato evidenciou que o projeto de futuro dessa jovem rural é permanecer no estabelecimento e na agricultura, mas apenas se os pais concordarem com a transição agroecológica do sistema produtivo de hortaliças, ainda realizado de maneira convencional. Já o estudo de Spagnuolo et al. (2019), relatou a experiência de um sítio de produção de hortaliças convencionais em Nova Fátima, no Paraná, no qual a atuação do serviço de assistência técnica e extensão rural promoveu o processo de transição agroecológica, que acabou resultando no aumento de renda do estabelecimento rural familiar e, conseqüentemente, no retorno do filho que havia migrado para o meio urbano, concretizando a sucessão geracional. Vale destacar ainda os resultados do estudo de Souza-Seidl e Billaud (2018), comparando agricultores convencionais e agroecológicos de dois universos distintos: Belo Horizonte, no Brasil, e Île-de-France, na França, que afirmaram que entre os agricultores agroecológicos estudados, os jovens rurais apresentavam melhores indicadores de autoestima e de autorrealização.

Embora a literatura científica ateste a influência positiva da agroecologia sobre a sucessão geracional na agricultura familiar, os estudos não são claros sobre como esta influência se configura. Sabe-se que a agroecologia é capaz de maximizar o campo de possibilidades de atuação dos jovens rurais, normalmente secundarizados na agricultura convencional, como afirmam Fert Neto et al. (2013) e Pasqualotto et al. (2013), mas não se sabe exatamente como.

A sucessão geracional consiste em uma estratégia de reprodução social que se concretiza quando a geração mais jovem assume o estabelecimento rural familiar e as responsabilidades da geração mais antiga na administração do mesmo. De acordo com Jacques-Jouvenot (2015), no caso da agricultura, a sucessão geracional é constituída pela transmissão do patrimônio material, isto é, do empreendimento, e do patrimônio imaterial, constituído pelos saberes e valores necessários à exploração desse empreendimento. Isso significa que a sucessão geracional não se restringe simplesmente à concessão da terra de uma geração para a outra.

Logo, pode-se afirmar que a sucessão geracional é um processo amplo e longo, que se inicia ainda na infância dos sucessores, por meio da socialização na agricultura familiar. Desde pequenos, os sucessores são preparados pelos pais/mães por meio de um processo contínuo e evolutivo de transmissão de saberes e de valores necessários para o desempenho da ocupação de agricultor, de acordo com critérios como idade e sexo, entre outros. Essa transmissão do patrimônio imaterial torna o sucessor capacitado a administrar e trabalhar na agricultura, apto para herdar a terra e tudo o que está atrelado a ela. No entanto, a sucessão geracional está cada vez mais tardia, pois os pais/mães, por motivos variados, estão ampliando cada vez mais a fase de transmissão do patrimônio imaterial, retardando a transmissão do patrimônio material. Em termos práticos, isso significa que os filhos/filhas permanecem sob a tutela dos pais/mães até a velhice dos mesmos. Apesar dos jovens rurais disporem dos conhecimentos necessários para a ocupação de agricultor e auxiliarem os mais velhos no trabalho, não podem ser considerados profissionais autônomos, pois continuam sob

a gestão da geração mais antiga. Assim, os pais/mães continuam detendo os referenciais teórico-práticos da profissão de agricultor, cerceando a autonomia dos filhos/filhas, o que tem levado muitos jovens rurais a embalsamarem o êxodo, mesmo dotados dos saberes e valores necessários para serem agricultores.

E na agricultura agroecológica, há alguma diferença nesse processo? Estudos realizados na França vêm demonstrando que no caso da agricultura agroecológica, a transmissão do patrimônio imaterial para a sucessão geracional é um pouco diferente, não existindo tamanha centralidade dos saberes e valores da geração mais antiga, justamente porque o processo de transição agroecológica provoca mudanças nos referenciais para a ocupação de agricultor. De acordo com Leroux (2013), em análise sobre as regiões rurais francesas de Midi-Pyrénées, Centre e Ilê-de-France, dos 36 agricultores agroecológicos entrevistados, 13 eram oriundos de áreas rurais, mas somente 1 destes vinha de uma família de agricultores agroecológicos. Esse dado ilustra a ruptura com os referenciais da geração de agricultores mais antigas, apontando para a necessidade de novos saberes e valores, modificando o processo de transmissão do patrimônio imaterial de modo a dar mais autonomia para os agricultores mais jovens. O autor acrescenta ainda que, para a maioria dos jovens rurais da agricultura convencional, a escolha da agricultura agroecológica representa uma possibilidade de reprodução social da agricultura familiar por meio do aumento da autonomia. A transição agroecológica se coloca como uma estratégia de sucessão familiar por meio do reposicionamento dos jovens rurais que tem interesse de reproduzir a ocupação de agricultor em uma posição de maior poder decisório.

Assim, a transição agroecológica modifica os referenciais teórico-práticos necessários para a administração e para o próprio trabalho na agricultura. Neste contexto, os pais/mães – agricultores convencionais – não detêm os saberes e valores necessários para os filhos/filhas. Essa mudança maximiza o campo de possibilidades dos jovens rurais, auxiliando no seu posicionamento como agricultores agroecológicos autonomizados. De acordo com Drebes et al. (2019), a transição agroecológica resulta na emancipação duplamente qualificada dos jovens rurais: das gerações mais antigas e da própria agricultura convencional.

Conclusões

Por meio de sucinta revisão bibliográfica, foi possível inferir que a transição agroecológica modifica os referenciais teórico-práticos necessários à gestão e ao próprio trabalho na agricultura familiar, tornando os jovens rurais mais independentes em relação às gerações mais antigas de agricultores, frequentemente convencionais. Isso implica em transformações nos processos de transmissão de patrimônio, principalmente imaterial, envolvidos na sucessão geracional. Por meio da autonomia promovida pela agroecologia às gerações mais jovens de agricultores, os mesmos se mostram mais propensos à sucessão geracional, pois a autonomia no seio da família é uma das condicionantes socioeconômicas consideradas basilares para a permanência dos jovens na agricultura familiar.

Dentre as lacunas identificadas para melhor compreender os processos de sucessão geracional, destacamos a necessidade de aprofundar estudos sobre como se configura

a influência positiva da agroecologia e como as políticas públicas podem ser adaptadas para abranger e favorecer os distintos processos de constituição de autonomia dos jovens nos processos produtivos.

Referências

BOURDIEU, P. **Las estrategias de la reproducción social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

BARASUOL, A.; BOESSIO, A. T.; MOREIRA, D. C. Juventude e agroecologia: os projetos futuros de Melissa em Derrubadas – RS. **Cadernos de Agroecologia**, n.13, v. 1, [s./p.], 2018.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DREBES, L. M.; WIZNIEWSKY, J. G. Agroecologia e juventude: um possível campo de investigação científica em ascensão. **Revista Monografias Ambientais**, v.14, n.1, 26-36, 2015.

DREBES, L. M.; PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P. Agroecologia e sucessão na agricultura familiar: reflexões sobre a autonomia da juventude rural. In: **Anais do I Colóquio Extensão Rural e Desenvolvimento**: perspectivas sobre o rural brasileiro. Santa Maria: UFSM, 2018. p. 97-102.

DULCI, L. M.; TAVEIRA, L. Desafios na consolidação da agroecologia nas políticas públicas de juventude: a experiência de construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. **Cadernos de Agroecologia**, v.13, n.1, [s./p.], 2018.

FERT NETO, J. et al. Práticas agroecológicas, gênero e reprodução social da ruralidade no Planalto Sul de Santa Catarina. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

JACQUES-JOUVENOT, D. **Choix du successeur et transmission patrimoniale**. Paris/Montréal: L'Harmattan, 2015.

LEROUX, B. Devenir agriculteur biologique: approche des processus de (re)conversions socioprofessionnelles. **Regards Sociologiques**, n. 45-46, p. 233-246, 2013.

PASQUALOTTO, N.; GODOY, W. I.; VERONA, L. A. F. Agricultura familiar e agroecologia: um olhar sobre o caminhar da juventude rural no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 3, p. 72-79, 2013.

SOUZA-SEIDL, R.; BILLAUD, J. P. Sucessão geracional de agricultores familiares no Brasil e paysans na França: a importância da agricultura ecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v.13, n.1, [s./p.], 2018.

SPAGNUOLO, F. A. et al. A ATER com Foco Agroecológico Gerando Impactos Positivos na Renda e na Sucessão Familiar no Sítio São José, Nova Fátima - Paraná. **Cadernos de Agroecologia**, v.14, n.1, [s./p.], 2019.